

caminho teórico desenvolvido no seu estudo e indica que a concepção de identidade social proposta pode ser eficaz para investigar, tanto a maneira como no cotidiano são pensadas as posições sociais, quanto para a análise das (re)elaborações pessoais de representações de identidade, permitindo especialmente a articulação entre as questões de identidade e de poder.

*Ana Lúcia Hazin*

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. 203p.

*Antonio Teixeira de Barros*

Tendo como objetivo básico analisar a história do pensamento brasileiro a respeito da questão da natalidade, o autor detém-se nos aspectos essenciais desse tema, tais como o processo de incorporação das diversas concepções ao discurso e programas oficiais ao longo da história do País. Outro elemento relevante é a ampla contextualização do problema abordado, em níveis nacional, latino-americano e mundial, com ênfase para o papel dos Estados Unidos na difusão da prática do planejamento familiar no Terceiro Mundo.

Trata-se de uma obra que surge em um momento oportuno para discutir a questão, tendo em vista sua relação com as condições sócio-econômicas da população brasileira na atualidade. Conforme dados do IBGE, a população brasileira está 5% mais pobre do que no início da década de 80.

A abordagem inicia com os antecedentes da emergência e difusão do "pró-natalismo" no Brasil, abrangendo o período do final do século XIX até 1964. Neste contexto, o autor analisa a introdução das idéias evolucionistas no País, sobretudo as de Darwin e Malthus, bem como de pensadores brasileiros que se mostraram receptivos a tais teorias. Nina Rodrigues é um dos exemplos. Catedrático de "Medicina Pública" da Escola Tropicalista Baiana, Rodrigues defendia a tese de que a criminalidade constituía herança biológica. Daí a necessidade do controle de natalidade entre os mestiços.

Relacionado a este período, Sobrinho destaca ainda a questão da "higienização" do Brasil, a partir da transferência da Corte Portuguesa para o País, em 1808, e a legislação trabalhista e a questão populacional, entre outros assuntos.

O enfoque seguinte concentra-se no período de 1964 a 1974, detendo-se especificamente na relação "antinatalismo" versus "anticentralismo". O primeiro, iniciado ainda no século XIX, era defendido sobretudo pelas Forças Armadas, enquanto o segundo tinha a Igreja Católica como protagonista. Alegando motivos de ordem moral, os religiosos posicionavam-se contra o uso de anticoncepcionais.

A esquerda também assume postura idêntica, justificando que o "controlismo" atendia a interesses imperialistas do capitalismo americano. Quanto a esta polêmica, o autor destaca a situação do Nordeste brasileiro, onde a situação de miséria aparece com agravante histórica, relacionando-se com o crescimento exacerbado da população carente.

No entanto, para o contexto atual, uma das partes mais interessantes do livro é a que trata do surgimento oficial da política de planejamento familiar no Brasil e suas implicações sociais, políticas, econômicas, demográficas e culturais. Neste item, o autor examina o período compreendido entre 1974 e 1983. É nessa época que se passa a falar em "controle democrático da reprodução", entre os setores da esquerda. A Igreja Católica torna-se divulgadora de "métodos naturais" de anticoncepção.

Porém, ressalta o autor, somente em 1983, pela primeira vez em toda a história brasileira, o Governo Federal tomou posição, de fato, sobre a problemática do planejamento familiar, com a criação do "Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)". Mesmo assim, já se vinha registrando acentuada queda no índice de natalidade. O número médio de filhos por cada mulher brasileira caiu de 6,5 em 1940 para 4,3 em 1980.

Hoje, o País depara-se com a questão da esterilização em massa de mulheres, sobretudo através da ligadura de trompas, o que reflete a ineficácia dos planos oficiais. Como diz o autor, o PAISM chegou tarde e, mesmo assim, não funcionou a contento. "Enquanto se sucediam os debates, as mulheres eram levadas, na prática, ao exercício de um intenso e informal 'antiplanejamento familiar', com um leque lamentavelmente restrito de opções contraceptivas e tendo na esterilização

Resenhas

feminina o 'método' mais frequentemente utilizado" (p.191).

O livro ainda trata de outros assuntos importantes para a compreensão histórica do assunto, como o surgimento da BENFAM e a abertura da CPI de 1993, instalada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Apesar de seu propósito maior, isto é, a sistematização de uma história do planejamento familiar no Brasil, como indica o próprio título do livro, pode-se afirmar que a obra vai muito além disso, devido à abordagem essencialmente política do tema. Esse é, talvez, o maior mérito do trabalho do Prof. Fonseca Sobrinho.

Esse enfoque político, aprofundando a relação do Estado com a questão analisada, amplia os horizontes de leitura do texto, tornando-se essencial para historiadores e cientistas sociais, principalmente para profissionais e estudantes das áreas de Demografia, Medicina Comunitária, Serviço Social e das Ciências Sociais de modo geral.

A obra aqui comentada é resultado de uma pesquisa do autor, e parte do programa do curso de doutorado em Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).